

MUNICÍPIO DE JOAO PESSOA - EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: Maio/2010 a Abr/2011

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	485.379.481,54	-
PESSOAL ATIVO	407.643.482,67	-
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	77.735.998,87	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19 § 1º da LRF) (II)	78.115.307,97	-
IDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO E INCENTIVOS À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	45.533,75	-
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	12.104,28	-
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	321.671,07	-
INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS	77.735.998,87	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	407.264.173,57	-
DESPESAS TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	407.264.173,57	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	1.109.369.468,85	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL	36,71	
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art.20 da LRF)	599.059.513,18	
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art. 22 da LRF)	569.106.537,52	

FONTE: Balancetes dos últimos 12 meses (Maio/2010 a Abr/2011)

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição Patronal.

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art. 35, inciso II da Lei 4320/64.